

12 JUN 1985

Renegociador dos credores vem ao País

O Banco Central informou ontem que o presidente e os dois vice-presidentes do comitê renegociador da dívida brasileira, respectivamente, William Rhodes, vice-presidente do Citibank; John Spurdle, vice-presidente do Morgan Guaranty Trust, e Guy Hunthorpe, diretor do Lloyds Bank International, virão ao Brasil na próxima semana ou na última do mês. Para o BC, a visita será importante para que os principais representantes dos credores vejam *in loco* que o País tem um "passivo financeiro grande, mas aplicável em ativo fixo respeitável".

O diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, entende que o Brasil só tem a ganhar com a maior transparência da dívida externa para mostrar onde o País aplicou os US\$ 100 bilhões que tomou no exterior, sobretudo após o choque do petróleo de 1974. Por isso, Eduardo de Freitas considerou muito importante a vinda de executivos do porte de William Rhodes, com efetivo poder de decisão junto ao Citibank e à comunidade financeira internacional.

Segundo o diretor do Banco Central, o Brasil paga hoje o imposto que não foi pago há dez anos, quando rejeitou a recessão econômica como saída para o primeiro choque do petróleo e aproveitou a rápida reciclagem dos petrodólares para investir em grandes programas de substituição de importações e de investimentos.

Porém, com o capital fixo existente, o diretor do Banco Central ressaltou que o Brasil já entrou na fase de redução do endividamento ou pelo menos da relação dívida/exportações. Com bom humor, lembrou que agora assume a posição do PMDB no passado contra a dívida externa, enquanto hoje setores do próprio PMDB defendem o endividamento como solução da crise da economia brasileira.

Parlamentares recomendam mais firmeza

O Governo precisa adotar uma posição mais firme e enérgica junto aos banqueiros na renegociação da dívida externa, forçando-os a alterar suas regras ortodoxas que trazem ajustamento drástico à economia, comprometendo a estabilidade política e social. Este foi o consenso a que chegaram 29 deputados da Aliança Democrática que almoçaram ontem com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e dele reivindicaram tal posição.

Segundo o deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), o Governo está indeciso, tateante e mole no sentido de colocar com ênfase necessária uma posição bastante firme junto aos credores. As condições que estes impõem ao País, disse o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO), são inaceitáveis. O País, ressaltou o deputado Sinval Guazelli (PMDB-RS), não pode continuar pagando US\$ 1 bilhão por mês aos banqueiros, como acontece atualmente, pois jogará a economia brevemente num beco sem saída, comprometendo todas as atividades e aumentando, conseqüentemente, o nível de desemprego.

Para o líder do PMDB, na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), o País precisa estabelecer regras mais claras para pagar sua dívida, tanto interna quanto externa. O Governo, disse, deve pagar somente uma parte do débito, deixando a outra para ser discutida, pois há aspectos questionáveis. De certa forma, a proposta de Pimenta se assemelha com a que vem sendo feita pelo primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, que defende somente o pagamento da dívida legítima, enquanto a parte considerada ilegítima — produzida pela alta exagerada dos juros, de 6% para 21% entre 1981 e 1983 — precisa ser eliminada.

Indagado sobre a semelhança do seu discurso com o de Fidel, Pimenta ressaltou que o País não pretende deixar de pagar sua dívida, mas entende que o Governo precisa ser mais duro com os banqueiros no sentido de reestruturar o pagamento dos juros da dívida interna e da dívida externa. Para Aldo Arantes, simplesmente o Governo deve repudiar as regras atuais impostas pelos banqueiros internacionais.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, segundo Israel Pinheiro Filho, ficou apenas escutando as ponderações — consensuais — dos parlamentares, sem emitir opiniões. Apenas reconheceu que as negociações são difíceis.